

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 1

Aplicação: 2/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A função de produção representa a relação tecnológica que associa combinações de insumos — tipicamente trabalho e capital — ao nível máximo de produto que a firma pode obter, refletindo a fronteira tecnológica disponível. Essa relação é central para a determinação da produtividade marginal dos fatores e da estrutura de custos. No curto prazo, a presença de fatores fixos implica a vigência da lei dos rendimentos marginais decrescentes, segundo a qual o produto marginal do fator variável tende a diminuir à medida que sua utilização aumenta, elevando o custo marginal. No longo prazo, com todos os fatores variáveis, a firma pode ajustar sua escala produtiva e operar sob diferentes retornos de escala. Retornos crescentes implicam economias de escala, com redução do custo médio e possíveis vantagens competitivas associadas a indivisibilidades tecnológicas e custos fixos elevados; retornos constantes indicam proporcionalidade entre insumos e produto; e retornos decrescentes refletem deseconomias de escala, como problemas de coordenação, que elevam custos médios e limitam a expansão eficiente.

A elasticidade-preço da oferta mede a sensibilidade da quantidade ofertada às variações de preço e está diretamente associada à estrutura de custos derivada da função de produção, em especial à inclinação do custo marginal. Em contextos de maior flexibilidade produtiva, disponibilidade de capacidade ociosa e facilidade de ajuste dos fatores, a oferta tende a ser mais elástica. Por outro lado, restrições tecnológicas e presença de fatores fixos tornam a oferta mais inelástica, sobretudo no curto prazo. No longo prazo, a possibilidade de ajuste da escala produtiva amplia essa elasticidade. A presença de retornos crescentes de escala pode permitir expansão da produção com redução dos custos médios, ampliando a capacidade de resposta, enquanto retornos decrescentes tendem a restringi-la.

As estruturas de mercado condicionam a forma como as firmas transformam custos em preços e quantidades. Na concorrência perfeita, a ausência de poder de mercado implica que as firmas sejam tomadoras de preço e produzam até o ponto em que o preço se iguala ao custo marginal ($P = CM$), condição que garante eficiência alocativa, uma vez que o preço reflete o custo marginal social, e eficiência produtiva, dado que a produção ocorre ao menor custo possível. Em estruturas com poder de mercado, como o monopólio, a formação de preços deixa de refletir diretamente as condições tecnológicas de produção, uma vez que a firma define preços com base em uma regra de *mark-up* sobre o custo marginal. A maximização de lucros implica a escolha de uma quantidade tal que a receita marginal se iguale ao custo marginal ($RM = CM$), o que, sob demanda negativamente inclinada, resulta em preços superiores ao custo marginal ($P > CM$). A magnitude desse *mark-up* está inversamente relacionada à elasticidade-preço da demanda, conforme formalizado pelo índice de Lerner. Como consequência, há ruptura da eficiência alocativa, pois o preço deixa de sinalizar o custo marginal, gerando subprodução e perda de peso morto. No oligopólio, a interdependência estratégica entre poucas firmas torna o processo de decisão mais complexo, uma vez que cada firma leva em consideração as reações dos concorrentes. Modelos, como Cournot, baseados na escolha de quantidades, e Bertrand, baseados na competição de preços, mostram que os resultados podem variar entre situações próximas à concorrência perfeita e ao monopólio, conforme as hipóteses sobre comportamento estratégico e estrutura de custos. A presença de barreiras à entrada e de economias de escala — frequentemente associadas a retornos crescentes — tende a sustentar estruturas concentradas e maior poder de mercado. Além disso, a possibilidade de colusão, explícita ou tácita, pode levar à coordenação de preços e quantidades, aproximando o resultado do monopólio e ampliando as perdas de bem-estar.

A interação entre função de produção, elasticidade da oferta e estrutura de mercado é central para compreender os resultados econômicos. A função de produção define a tecnologia e os custos, que determinam a forma da curva de oferta e sua elasticidade. Em mercados competitivos, preços refletem diretamente os custos marginais, e a oferta responde de maneira mais sensível às condições tecnológicas. Em mercados com poder de mercado, a presença de *mark-ups* rompe a ligação direta entre custos e preços, reduzindo a sensibilidade da quantidade ofertada às variações de preço e alterando os incentivos produtivos. No caso do oligopólio, além das restrições tecnológicas, a resposta da oferta é condicionada por estratégias de interação entre firmas, podendo resultar em níveis de produção inferiores aos socialmente eficientes. Dessa forma, a análise integrada desses elementos evidencia como tecnologia, custos, elasticidade e estrutura de mercado determinam preços, quantidades e grau de eficiência econômica, tanto do ponto de vista produtivo quanto alocativo.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 2

Aplicação: 2/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Eugênio Gudín se tornou ministro da Fazenda em agosto de 1954 e buscou atacar aqueles que eram considerados os dois maiores problemas econômicos na época:

a) a inflação — considerada um problema econômico porque: (i) levava à perda de poder de compra da população; (ii) distorcia preços relativos; (iii) levou a uma valorização real da moeda nacional e, conseqüentemente, perda de competitividade de produtos nacionais no exterior, prejudicando o equilíbrio do balanço de pagamentos;

b) a crise no balanço de pagamentos ou cambial — considerada um problema econômico porque: (i) desde que o país buscou se industrializar, por meio de uma política de substituição de importações, e usar a política cambial e tarifária para isso, ele apresentava forte demanda de importação de bens de capital e intermediários, enquanto sua pauta exportadora (concentrada no café) era suscetível a oscilações de preço e de demanda externa; (ii) a valorização real da moeda nacional favorecia o aumento das importações e prejudicava o desempenho das exportações; (iii) havia baixas reservas internacionais; (iv) havia dificuldade de acesso a financiamento e mercados de capital devido a atrasos cambiais; (v) o sistema cambial artificial provocava distorções alocativas.

Gudin defendia políticas de contração monetária e fiscal para contrair a demanda e combater a inflação. Em suas próprias palavras: “Uma redução substancial dos investimentos e (...) uma cessação do aumento do consumo (...) sustentadas por injeções monetárias cujo ritmo importa, urgentemente, reduzir”. Dessa forma, o economista propunha um programa de austeridade que incluía: restrição de crédito, redução de gastos e enxugamento da liquidez monetária.

Já para a crise de balanço de pagamentos, Gudín buscou acesso a novos financiamentos para enfrentar a situação externa e propôs a Instrução n.º 113 da SUMOC, que visava favorecer a entrada de capital estrangeiro. Gudín reduziu ainda o subsídio ao petróleo, visando reduzir as despesas governamentais e o efeito multiplicador que tinham sobre o preço, além de aumentar as receitas sob intermédio do ágio sobre a gasolina.

A Instrução n.º 108 aumentou o compulsório e obrigou que este ficasse retido na SUMOC, e não mais no Banco do Brasil. Ao aumentar o compulsório, pôs em prática uma medida clássica de contração monetária e de crédito. Ao obrigar a retenção do compulsório na SUMOC e não no Banco do Brasil, evitou uma distorção que existia na época, causada pela ambigüidade no papel do Banco do Brasil, que exercia, simultaneamente, papel de executor da política monetária e de banco comercial.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 3

Aplicação: 2/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A moeda desempenha papel central nas economias modernas, não apenas como instrumento de troca, mas como instituição que organiza as relações econômicas, contratuais e financeiras. Suas funções — meio de troca, meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor — estruturam o funcionamento do sistema econômico. Como meio de troca, a moeda elimina as fricções do escambo, reduz custos de transação e viabiliza a especialização produtiva. Ao permitir a separação entre compra e venda, sustenta a divisão do trabalho e o funcionamento dos mercados, sendo amplamente aceita em virtude de seu reconhecimento institucional e social. Como meio de pagamento, a moeda possui função jurídica fundamental, sendo o ativo utilizado para a liquidação definitiva de obrigações. Trata-se do instrumento que extingue dívidas, o que decorre, em grande medida, de sua definição pelo Estado como meio de pagamento legal, especialmente para a quitação de tributos. Dessa forma, a moeda estrutura as relações de crédito e débito na economia. Como unidade de conta, a moeda exerce função estruturante ao servir de referência para a denominação de preços, ativos, passivos e contratos. Nesse sentido, ela organiza o sistema econômico ao longo do tempo. Destaca-se, nesse contexto, o papel dos contratos de trabalho, que constituem o principal vínculo econômico da sociedade e o núcleo da geração de renda. Os salários, definidos em termos monetários, sustentam a demanda agregada e a reprodução do sistema produtivo. Assim, a moeda é socialmente validada pelos contratos — especialmente o contrato de trabalho — que garantem sua aceitação generalizada como referência de valor e instrumento de liquidação. Como reserva de valor, a moeda permite a transferência de poder de compra ao longo do tempo, embora essa função dependa da estabilidade de preços. Em contextos inflacionários, sua capacidade de preservação de riqueza é reduzida, levando os agentes a buscar ativos alternativos. Ainda assim, a moeda permanece como o ativo de maior liquidez, sendo essencial para a gestão da incerteza, conforme destacado pela teoria da preferência pela liquidez.

No que se refere à criação de moeda, o Banco Central atua no processo como monopolista da base monetária, controlando a emissão de moeda física e das reservas bancárias. Por meio de instrumentos de política monetária, como operações de mercado aberto, exigências de reservas e definição da taxa básica de juros, o Banco Central regula a liquidez do sistema financeiro. Entretanto, a maior parte da moeda em circulação é criada pelos bancos comerciais, por meio da concessão de crédito. Ao conceder empréstimos, os bancos criam simultaneamente depósitos, expandindo os meios de pagamento na economia. Trata-se de um processo endógeno, condicionado pela demanda por crédito, pelas condições de solvência e pelas restrições regulatórias.

A distribuição da moeda ocorre por meio do sistema financeiro e da intermediação bancária, sendo direcionada pelas decisões de crédito, consumo e investimento. O sistema bancário, portanto, desempenha papel central na alocação de recursos e na dinâmica econômica.

Por fim, a moeda afeta a economia por meio de um canal de transmissão monetária. A atuação do Banco Central altera as condições de liquidez do sistema, influenciando as taxas de juros de mercado. A redução das taxas de juros tende a estimular o crédito, o consumo e o investimento, elevando o nível de atividade econômica. Em sentido oposto, a restrição de liquidez eleva as taxas de juros e desestimula a demanda agregada. Assim, a política monetária atua como instrumento central de estabilização macroeconômica.

Dessa forma, a moeda deve ser compreendida como uma instituição que organiza contratos, viabiliza o crédito, sustenta a demanda e constitui um dos principais mecanismos de transmissão das condições econômicas.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 4

Aplicação: 2/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Termos de troca correspondem à relação entre os preços dos produtos exportados e os preços dos produtos importados de um país. A deterioração desses termos significa que essa relação cai com o tempo, exigindo um volume de exportações (em quantidade ou em receitas) para comprar a mesma quantidade de importações — ou seja, um país precisa exportar cada vez mais para continuar importando um mesmo nível de produtos.

A elasticidade-renda da demanda (E) é dada pela divisão da variação percentual da quantidade demandada pela variação percentual da renda (ou em termos de derivada $\xi_D^R = \frac{\partial Q}{\partial Y} \frac{Y}{Q}$ ou, ainda, $\xi_D^R = \frac{\% \Delta Q}{\% \Delta Y}$). Quando $E < 1$, tem-se um bem inferior em relação à renda. Quando $E > 1$, tem-se um bem superior em relação à renda. $E < 1$ significa que aumentos de renda não levam a aumentos proporcionais na quantidade demandada. Esse é o caso de muitos dos bens primários e alimentícios, por isso sua demanda apresenta ponto de saturação. Em outras palavras, um aumento na renda global não leva a um aumento na demanda desses bens.

A teoria ricardiana do comércio internacional argumentava que, se os países se especializassem naquilo em que eles têm vantagem comparativa, o comércio poderia levar a ganhos de eficiência a todos. Entretanto, a crítica de Prebisch e da CEPAL argumenta que tal teoria não levou em consideração padrões de demanda nem de termos de troca de longo prazo e que suas recomendações levariam alguns países a se especializar em produtos primários que apresentam demandas renda-inelásticas e que, portanto, a demanda por esses produtos não acompanha os aumentos de renda mundial, enquanto suas importações provavelmente não apresentam o mesmo padrão. Dessa forma, esse tipo de especialização levaria a um padrão de deterioração de termos de troca a esses países, sendo, portanto, prejudicial em longo prazo.